

JORNAL DE BRASÍLIA

Aumento descabido

O incrível aumento nas taxas de água e de esgoto de Brasília, que chega a 64,65% no caso máximo do reajuste diferenciado, é injustificável num país que estabilizou, desde julho do ano passado, as taxas de inflação. E o salto das tarifas torna-se ainda mais difícil de ser aceito quando a própria Caesb confessa que o contribuinte comum, pessoa física, na verdade vai pagar mais pela água e pelo esgoto para cobrir desequilíbrio entre despesa e receita, pelo qual os maiores culpados são o Governo Federal, o próprio GDF e embaixadas estrangeiras.

E mais: o reajuste extravagante não se destina basicamente a remunerar os serviços de água e de esgoto. Não é resultado do aumento de custos do preço da água e de sua captação e nem de investimentos essenciais na rede sanitária. Esses insumos até explicariam, mas não justificariam, aumento tão elevado. O pior de tudo é saber que tal reajuste, no fundo, é a única forma de garantir o funcionamento de mais uma estatal deficitária. E isso torna a questão simplesmente inaceitável.

Como todo mundo aprendeu na escola, embora muita gente já tenha se esquecido, a taxa se diferencia do imposto por ser uma cobrança cuja receita reverte a um fim específico. A taxa de água e de esgoto é cobrada

para ser inteiramente revertida para serviços de água e esgoto. E para mais nada. Já o Imposto de Renda, por exemplo, tem seus recursos aplicados de volta ao contribuinte da maneira que o Governo achar melhor.

Relembra essa diferença essencial, que vale tanto para um departamento de águas quanto para uma empresa tipo Caesb, fica bem claro que o poder público pode retirar das taxas de água e de esgoto apenas uma parte para a manutenção e sobrevivência da própria Caesb, mas nunca toda a taxa — e ainda mais pretendendo aumentá-la de forma tão violenta com a aberta explicação de que se trata de recurso para financiar o déficit operacional da própria empresa. Em suma: o brasiliense paga a taxa de água e de esgoto para ter um bom serviço de água e de esgoto em troca. E não para cobrir má administração, inadimplência e nem ligações clandestinas de quem quer que seja.

Agiria bem o governador do DF em invalidar esse aumento e procurar recursos de custeio nas fontes onde eles estão à espera da ação do poder público: do Governo Federal, do próprio GDF e de todos os contribuintes inadimplentes. O que não se pode é fazer o justo pagar pelo pecador, pois isso equivaleria a lhe entregar um copo de água suja para matar a sede.